

PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 09
MATEMÁTICA	10 a 13
INFORMÁTICA	14 a 17
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS E GOIÂNIA	18 a 20
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	21 a 26
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	27 a 60

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Coração é terra que ninguém vê.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, solicite ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **60 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. Dupla marcação resulta em anulação da questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado. Os candidatos terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão colocar suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova, entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

Língua Portuguesa

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 07.

Texto 1

Por que mulheres só hoje conquistam o direito de dirigir na Arábia Saudita?

A partir de hoje, mulheres terão o direito de dirigir na Arábia Saudita, o único país no mundo que ainda possuía esta restrição. Com uma proposta de modernização do país, o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud anunciou mudanças significativas no conservador e islâmico reino saudita, entre elas, a instalação do primeiro cinema do país, a permissão para mulheres frequentarem estádios de futebol e, a principal delas, a concessão de licença de direção às sauditas. Apesar da ampla aprovação à medida, o principal questionamento em relação a ela é: afinal, por que a mudança agora?

A Arábia Saudita é um dos países que mais restringem a liberdade feminina – mesmo quando comparado a seus vizinhos do Oriente Médio. Embora não haja no Alcorão um texto que proíba as mulheres de dirigirem, a ausência de citação ao tema é interpretada como um sinal de que aquilo não deve ser permitido. Segundo as leis do país, os direitos das mulheres sauditas são largamente dependentes do consentimento de parentes próximos masculinos. A “segregação de gênero” é aplicada no país segundo a interpretação saudita da Sharia e, como consequência, as mulheres só podem frequentar certos espaços públicos mistos quando acompanhadas por um homem da família – normalmente pai, irmão, marido ou filho. Vestimentas que cubram a maior parte do corpo também são obrigatórias tanto para homens quanto mulheres. Para elas, a vestimenta mais comum em público é a abaya, que deixa à mostra apenas os olhos e as mãos.

Embora o veto que existia até hoje para que mulheres pudessem dirigir não estivesse escrito em qualquer lei do reino, as normas sociais envolvendo as limitações públicas impostas a elas serviam de empecilho para a concessão de carteiras de motoristas a elas. Entre as justificativas mais comuns para a denegação do direito estavam o fato de que dirigir exige que o rosto esteja descoberto, que a mulher acabaria podendo sair mais vezes de casa, que elas poderiam entrar em contato com homens desconhecidos em caso de acidentes de trânsito, além da própria erosão da lógica da segregação de gênero. Mulheres pegadas dirigindo geralmente eram levadas para interrogatório e assinavam um documento se comprometendo a nunca mais dirigir. Porém, em 2011, uma mulher de Jeddah que foi flagrada dirigindo foi condenada a receber dez chibatadas.

Desde os anos 1990, movimentos sociais buscavam o direito de mulheres dirigirem no país. Naquela década, um protesto com mais de 40 mulheres que dirigiram pelas vias públicas de Riad (a capital da Arábia Saudita) terminou com essas mulheres presas e com seus passaportes confiscados, muitas delas também perderam o emprego em decorrência do ato.

Já em 2008, as mulheres realizaram uma petição e entregaram ao rei Abdullah pedindo o direito de conduzir veículos, sem sucesso. No mesmo ano, no Dia Internacional da Mulher, a ativista pelo direito das mulheres sauditas, Wajeha al-Huwaider, gravou um vídeo dirigindo por uma estrada rural – onde mulheres podem dirigir exclusivamente para fins de subsistência, assim como no deserto – no qual clamava pelo direito universal feminino de condução de veículos em todo o reino. Wajeha juntamente com Manal al-Sharif se tornaram símbolo da causa.

Por diversas vezes esses movimentos ativistas foram suprimidos pelo governo, que ameaçava não só as mulheres que participa-

vam dos protestos, mas todos aqueles que as apoiavam. A mudança era, portanto, inesperada e causou surpresa ao ser anunciada.

A Arábia Saudita possui forte dependência econômica do petróleo. A baixa nos preços do commodity tem obrigado o país a buscar outras formas de sustento. Por conta disso, o príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, apresentou o Saudi Vision 2030, um projeto de modernização do reino que visa obter renda através do entretenimento, do turismo e da inserção internacional – nos moldes da modernização realizada pelos Emirados Árabes Unidos e pelo Qatar nas últimas décadas.

“Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”, diz o texto do projeto. “Nosso país é rico em seus recursos naturais. Não dependemos apenas do petróleo para nossas necessidades energéticas”.

Essa proposta de modernização com objetivo de inserção internacional foi a força motriz que levou à permissão de conduzir para as mulheres do reino árabe, segundo explica a mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Claudia Santos. “O príncipe respalda sua decisão em um aspecto econômico. Ao deixar as mulheres dirigirem ele não menciona os esforços das mulheres que lutaram tantos anos por isso, apesar do movimento na Arábia Saudita ser relativamente antigo. Ele pensa nos ganhos econômicos que isso trará, principalmente com mulheres trabalhando com isso. Além de também ser uma pressão internacional”.

A pressão internacional pela melhora na questão de igualdade de gênero no país teve início nos movimentos de ativistas. O envio de petições ao rei e os protestos com mulheres dirigindo chamou a atenção da comunidade internacional para diversas práticas sauditas que violam as convenções de direitos humanos.

De acordo com a ativista de direitos das mulheres na Arábia Saudita, Hala Al Dosari, tanto a atenção atraída por esses movimentos quanto o projeto de modernização e busca por investimento externo do príncipe contribuíram para a mudança mais emblemática na Arábia Saudita até o momento. A flexibilização dos direitos femininos é uma necessidade se o país realmente quiser se lançar na esfera internacional, segundo Hala.

“O reino quer mostrar que ele é o agente e líder da mudança. Ele não quer que ninguém critique ou desafie seu dever, então ele controla essa mudança”, explica. Hala conta que existe um esforço para tentar silenciar todos aqueles que exigem mudanças na sociedade, incluindo as ativistas, enquanto o governo conduz a modernização. “Há uma mensagem à comunidade saudita de que o ativismo não funciona. Então, a lógica é de que se a mudança tem que acontecer, ela virá apenas do [Governo do] reino”.

Hala enfatiza que apesar do fim da proibição estar ocorrendo, há poucos dias 17 mulheres sauditas foram presas sob a acusação de traição e tentativa de desestabilização do reino. O motivo real: protestos pela igualdade de direitos. Entre as detidas estão manifestantes conhecidas e que participaram dos movimentos de rebeldia ao dirigirem nas ruas da Arábia Saudita.

Ainda que a permissão de condução seja uma grande conquista, a quantidade de proibições sobre as mulheres continua enorme.

Outra grande luta local é pelo fim da obrigação do chamado “guardião”. Segundo a lei, toda mulher necessita de um guardião do sexo masculino que seja um parente próximo e que lhe conceda autorização expressa para praticamente todo ato.

MARINS, Carolina. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-mulheres-so-hoje-conquistam-direito-de-dirigir-na-arabia-saudita/>>. 2018. Acesso em: 23 jul. 2018. (Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

A origem da proibição para que as mulheres sauditas dirigissem é de natureza

- (A) religiosa.
- (B) cultural.
- (C) jurídica.
- (D) familiar.

— QUESTÃO 02 —

Um fator linguístico auxiliou na implementação da proibição para as mulheres dirigirem. Esse fator diz respeito a uma

- (A) leitura equivocada de um texto religioso que lista os atos inacessíveis às mulheres.
- (B) interpretação ampliada da lei que determina os direitos das mulheres sauditas.
- (C) leitura pressuposta inversa ao ditado brasileiro de que “quem cala consente”.
- (D) interpretação fiel da lei civil saudita que prevê a “segregação de gênero”.

— QUESTÃO 03 —

O trecho “Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”, para agregar mais precisão, informatividade e formalidade ao texto, deve ter a seguinte reescrita:

- (A) “Nossa nação detém forte capacidade de investimento, a qual aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (B) “Nossa nação possui forte capacidade de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (C) “Nossa nação atribui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (D) “Nossa nação almeja fortes capacidades de investimento, a qual aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.

— QUESTÃO 04 —

Infere-se do texto que a permissão para a mulher saudita dirigir decorreu

- (A) do desejo de luta dos movimentos sociais contra a segregação de gênero.
- (B) da conscientização dos políticos a respeito da igualdade de direitos.
- (C) do papel da mulher na cadeia produtiva da sociedade contemporânea.
- (D) da pressão das instituições internacionais de direitos humanos.

— QUESTÃO 05 —

Para convencer o leitor a respeito do rigor envolvido na proibição de dirigir, a autora usa o argumento

- (A) da voz de autoridade, representado pela menção ao nome do rei.
- (B) do ridículo, configurado na necessidade de guardião para as mulheres.
- (C) da citação, demonstrada pelos trechos do projeto de modernização saudita.
- (D) do extremo, representado pelo relato de punições físicas e sociais.

— QUESTÃO 06 —

A palavra que foge a qualquer regra de formação do plural de “guardião” é:

- (A) concessão.
- (B) cidadão.
- (C) restrição.
- (D) vulcão.

— QUESTÃO 07 —

A frase interrogativa no título e no primeiro parágrafo tem função

- (A) retórica, pois representa o espanto da autora com a inusitada decisão do governo saudita.
- (B) de transferir para o leitor a responsabilidade de inferir o motivo da permissão para dirigir concedida às mulheres sauditas.
- (C) enfática, pois é usada para chamar a atenção do leitor para o assunto tratado no texto.
- (D) de contribuir para o desenvolvimento do tema, organizado de modo a explicar os motivos da permissão para dirigir.

Releia o texto 1 e leia o texto 2 para responder às questões 08 e 09.

Texto 2



Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2011/06/29/cinco-mulheres-sao-presas-por-dirigir-na-arabia-saudita/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

— QUESTÃO 08 —

A fotografia data de 2011 e nela uma mulher saudita ultrapassa o regime então vigente e dirige um carro. Para isso, ela

- (A) baseia-se em estereótipos visuais relativos à identidade do homem árabe.
- (B) faz um protesto humorístico, acrescentando um bigode à sua vestimenta tradicional.
- (C) recorre a autorizações extraordinárias relativas às questões de trabalho e sobrevivência.
- (D) comporta-se como uma ativista disposta a lutar pelo seu direito de ir e vir.

— QUESTÃO 09 —

Quanto ao processo que levou à liberação do seu direito de dirigir, a atitude da mulher saudita da fotografia revela

- (A) o completo controle do regime oficial sobre a vontade feminina.
- (B) o apoio dos homens sauditas à igualdade de direitos.
- (C) a erosão gradativa da lógica da segregação de gênero.
- (D) a falta de ressonância das vozes ativistas na luta pelos direitos humanos.

— Rascunho —

Matemática**— QUESTÃO 10 —**

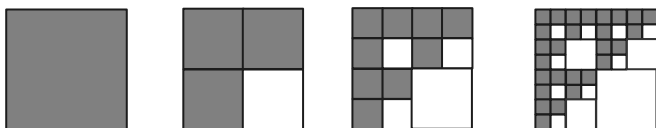
Segundo dados do IBGE, apresentados em uma reportagem [Disponível em: *Correio Brasiliense*, 15. Jul. 2018, p. 18], a estimativa para a produção da safra nacional de 2018 é de um volume de 227,9 milhões de toneladas, com estimativa de utilização de 61,2 milhões de hectares. Entre as leguminosas e oleaginosas, o arroz e o milho, juntos, somam 92,8% da produção e ocupam 87% da área a ser colhida.

De acordo com essas informações, a produtividade média, em toneladas por hectare, que o arroz e o milho terão, juntos, na safra de 2018, será de:

- (A) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^2 \times 5 \times 17}$
- (B) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^3 \times 5 \times 17}$
- (C) $\frac{2^3 \times 43 \times 53}{3^2 \times 5^2 \times 17}$
- (D) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^3 \times 5^2 \times 17}$

— QUESTÃO 11 —

Analise a sequência de figuras, cujos elementos iniciais são descritos a seguir.



Considerando essa sequência, o número de quadrados hachurados, que se encontram em cada etapa dessa sequência, forma uma progressão

- (A) geométrica de razão 9.
- (B) aritmética de razão 3.
- (C) aritmética de razão 9.
- (D) geométrica de razão 3.

— QUESTÃO 12 —

Três amigos, João, César e Antônio, criaram uma empresa de prestação de serviços logo após se formarem na faculdade. Para fundar a empresa, João entrou com um capital de R\$ 15.000,00, César com R\$ 21.000,00 e Antônio com R\$ 24.000,00. Alguns anos depois, a empresa fundada por eles tinha um valor de mercado de R\$ 500.000,00, e Antônio decidiu vender a sua parte para os outros dois amigos, por um valor proporcional ao valor que foi investido na época da fundação da empresa. João e César decidiram que dividiriam entre si o valor a ser pago a Antônio, de modo que ambos passassem a ter 50% do capital da empresa.

Desta forma, o valor que João pagaria para Antônio seria de:

- (A) R\$ 125.000,00
- (B) R\$ 150.000,00
- (C) R\$ 175.000,00
- (D) R\$ 200.000,00

— QUESTÃO 13 —

Um comerciante possui uma pequena empresa que trabalha com a fabricação e venda de tortas, salgados e doces. O preço de um salgado e um doce corresponde ao preço de uma torta mais R\$ 20,00. Em determinado mês, ele produziu 50 tortas, 90 salgados e 40 doces, obtendo um faturamento de R\$ 7.950,00. Devido à crise financeira, o comerciante passou a vender a torta e o doce com 20% de desconto e o salgado com 30% de desconto, tendo vendido em um mês 60 tortas, 100 salgados e 150 doces, com um faturamento de R\$ 10.730,00.

Nessas condições, o preço da torta, sem o desconto de 20%, era:

- (A) R\$ 35,00
- (B) R\$ 45,00
- (C) R\$ 60,00
- (D) R\$ 80,00

Informática**— QUESTÃO 14 —**

Seja o aplicativo para planilha eletrônica Microsoft Excel, que foi instalado em Português, em que a vírgula é o caractere decimal. Considere que a célula B1 possui a expressão

=SE(A1<1000;A1*1,1;A1*1,2)

Se a célula A1 possuir o valor 1100, então a célula B1 terá o valor

- (A) 880
- (B) 990
- (C) 1210
- (D) 1320

— QUESTÃO 15 —

A criptografia é um mecanismo que busca garantir a segurança da informação. A criptografia de chave pública utiliza criptografia

- (A) simétrica de chave única, que serve para criptografar e para descriptografar a mensagem.
- (B) simétrica de duas chaves, e ambas servem para criptografar e para descriptografar a mensagem.
- (C) assimétrica de duas chaves, em que uma chave é pública e a outra chave é privada.
- (D) assimétrica de duas chaves, em que ambas são chaves públicas.

— QUESTÃO 16 —

Os dispositivos de comunicação de dados referem-se a equipamentos para o uso e controle de uma rede de computadores, visando promover a comunicação entre os componentes participantes da rede. Dois dispositivos físicos de comunicação são:

- (A) roteador e switch.
- (B) protocolo e roteador.
- (C) switch e TCP/IP.
- (D) TCP/IP e Internet.

— QUESTÃO 17 —

No sistema Windows, a nomeação de arquivos e pastas obedece a algumas regras para tornar um nome válido. Nesse sentido, os nomes de

- (A) arquivos limitam extensões de até dois caracteres.
- (B) pastas podem conter letras minúsculas e números.
- (C) pastas podem ter extensões, mas seu tamanho é limitado em dois caracteres.
- (D) arquivos podem conter qualquer caractere especial disponível a partir do teclado.

— RASCUNHO —

História e Geografia de Goiás e Goiânia**— QUESTÃO 18 —**

Na história brasileira, o período de 1964 a 1985 caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime imposto. Em Goiás, vários segmentos da sociedade, como sindicatos, universidades, movimentos estudantis, organizações sociais e outros, sofreram repressão e tiveram direitos suspensos. Este período da história ficou conhecido como:

- (A) República Oligárquica.
- (B) Marcha para o Oeste.
- (C) Estado Novo.
- (D) Ditadura Militar.

— QUESTÃO 19 —

Independente de onde está localizado, constitui-se patrimônio histórico e cultural um local considerado valioso para a humanidade. Entre os mais de seiscentos lugares eleitos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, atualmente, o Brasil possui quatorze espaços históricos creditados pela Unesco. No ano de 2001, que centro histórico de Goiás recebeu este título?

- (A) Pirenópolis.
- (B) Cidade de Goiás.
- (C) Santa Cruz de Goiás.
- (D) Corumbá de Goiás.

— QUESTÃO 20 —

No ano de 2017, o livro *Tropas e Boiadas* completou cem anos de sua primeira edição em 1917. Trata-se de um livro de contos regionalista que apresenta a linguagem dos tropeiros e vaqueiros dos sertões de Goiás e do Brasil. É também, de alguma forma, um pouco da vida intensa e melancólica de seu autor. Trata-se de:

- (A) Bernardo Élis.
- (B) José J. Veiga.
- (C) Hugo de Carvalho Ramos.
- (D) Carmo Bernardes.

— RASCUNHO —

Legislação Específica**— QUESTÃO 21 —**

A Câmara Municipal exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município de Goiânia e das entidades da administração direta, indireta e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação dos recursos e das subvenções e à renúncia de receitas. Sobre esta competência, a Lei Orgânica do Município de Goiânia dispõe que:

- (A) o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, relativo às contas do Prefeito, vincula-se às decisões da Câmara Municipal.
- (B) as contas anuais do Prefeito deverão ficar no recinto da Câmara Municipal durante sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
- (C) a comunicação ao Tribunal de Contas dos Municípios de qualquer irregularidade será feita após a sua imediata constatação.
- (D) as contas do Município são desvinculadas das contas da Câmara Municipal.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com as proposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a iniciativa das leis complementares é restrita ao vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.
- (B) a iniciativa dos projetos de lei é de competência privativa do vereador, da Mesa, das Comissões da Câmara e do Prefeito.
- (C) a Resolução regula matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa, não sujeita à sanção do Prefeito.
- (D) a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de 5% do eleitorado de Goiânia.

— QUESTÃO 23 —

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia,

- (A) o requerente, por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado, poderá apresentar recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.
- (B) a jornada normal de trabalho do servidor público municipal, exceto os casos previstos em lei, será de quarenta horas semanais.
- (C) o servidor nomeado em virtude de concurso público é estável, após três anos de efetivo exercício.
- (D) o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito ao estágio probatório por um período de dois anos.

— QUESTÃO 24 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Goiânia, é de competência do Município:

- (A) legislar sobre normas processuais civis ou penais.
- (B) legislar sobre zoneamento urbano.
- (C) revisar o Plano Diretor do Município de Goiânia.
- (D) gerenciar o transporte coletivo urbano.

— QUESTÃO 25 —

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a composição da Mesa da Câmara Municipal limita-se ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Primeiro, ao Segundo e ao Terceiro Secretários.
- (B) a eleição de renovação da mesa ocorre em sessão ordinária no primeiro dia da legislatura anual.
- (C) a recondução de membro da Mesa da Câmara Municipal para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura, é proibida.
- (D) a convocação das sessões extraordinárias é de competência da Mesa da Câmara Municipal.

— QUESTÃO 26 —

Do ponto de vista das Comissões que compõem a Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia emite pareceres nos processos de julgamento das contas do Prefeito e manifesta-se sobre as matérias quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- (B) a Comissão de Constituição, Justiça e Redação restringe-se a manifestar-se sobre projetos de leis que tratem de temas atinentes à organização da Administração Municipal.
- (C) as comissões temporárias manifestam-se sobre temas de duração exígua, haja vista a ausência de atribuições específicas destinadas a elas.
- (D) a Comissão de Obras e Patrimônio está limitada à fiscalização do andamento de obras públicas da Prefeitura de Goiânia.

Conhecimentos Específicos**— QUESTÃO 27 —**

Nos termos da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

- (A) os resultados já alcançados e seus benefícios; os impactos econômicos, sociais e jurídicos; o grau de satisfação do público-alvo; a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- (B) os resultados já alcançados, seus benefícios e desvantagens; os impactos econômicos ou sociais; o grau de satisfação do público-alvo; a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- (C) os resultados já alcançados e seus benefícios; os impactos econômicos ou sociais; o grau de satisfação do público-alvo; a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- (D) os resultados já alcançados e seus benefícios; os impactos econômicos ou sociais; o grau de satisfação do público-alvo; a exigência de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

— QUESTÃO 28 —

Nos termos da Lei nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

- (A) empreitada por preço unitário; empreitada por preço diversificado; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.
- (B) empreitada por contrato único; empreitada por preço global; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.
- (C) empreitada por preço unitário; empreitada por preços múltiplos; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.
- (D) empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

— QUESTÃO 29 —

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Nesse sentido, o contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- (A) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; fiança bancária.
- (B) caução em dinheiro, seguro-garantia; fiança bancária.
- (C) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; caução em cartão de crédito.
- (D) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; fiança judicial.

— QUESTÃO 30 —

No termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a intimação do interessado quanto à data de comparecimento observará a antecedência mínima de:

- (A) dois dias úteis.
- (B) três dias úteis.
- (C) cinco dias úteis.
- (D) dez dias úteis.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 31 —

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, prevê:

- (A) crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, assim como infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
- (B) crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, após o pronunciamento da Câmara dos Vereadores, assim como infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
- (C) crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, assim como infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
- (D) crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, crimes de responsabilidade fiscal dos Prefeitos Municipais sujeitos aos julgamentos dos tribunais de contas, assim como infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 32 —

O direito civil brasileiro dispõe sobre as associações, considerando-as como:

- (A) sujeitos personificados de direito público ou privado, sem fins econômicos, nas quais surgem relações jurídico-obrigacionais entre seus membros.
- (B) sujeitos não personificados de direito privado, com fins econômicos, nas quais surgem relações obrigacionais com a comunidade.
- (C) sujeitos personificados de direito público ou privado sem fins econômicos, nas quais não há vínculos obrigacionais entre associados.
- (D) sujeitos não personificados de direito público, sem fins econômicos, nas quais há vínculos obrigacionais com a comunidade.

— QUESTÃO 33 —

No direito brasileiro, a sociedade limitada realiza distribuição de lucros aos sócios, de forma a abranger

- (A) igualmente todos os sócios, tanto os que integralizaram o capital social com dinheiro quanto os que o integralizaram com trabalho, conforme determinado por lei.
- (B) igualmente os sócios que integralizaram o capital social com dinheiro e, diferentemente, os que integralizaram com trabalho, conforme determinado por lei.
- (C) proporcionalmente os sócios que integralizaram o capital social com dinheiro e os que o integralizaram com trabalho, o que tem de constar do contrato social, por determinação legal.
- (D) igualitária ou diferentemente todos os sócios que integralizaram o capital social com dinheiro ou que o integralizaram com trabalho, conforme disposto no contrato social.

— QUESTÃO 34 —

O direito brasileiro disciplina a solidariedade obrigacional. Para que ela ocorra, exige-se

- (A) a unicidade de ato, de tempo, de lugar e de causa da obrigação, com pluralidade objetiva.
- (B) a unidade objetiva da prestação, com pluralidade de relações subjetivas.
- (C) a presunção legal de incidência, com pluralidade de relações jurídicas.
- (D) a disposição convencional com unicidade do ato, do tempo e da causa da obrigação.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 35 —

A Constituição Federal elenca dentre os instrumentos de controle a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade. Assim, quanto a esses instrumentos,

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade, diversamente da declaratória de constitucionalidade, tem duplo efeito e a decisão é prolatada com a presença de quórum completo de ministros.
- (B) a ação declaratória de constitucionalidade, diversamente do que ocorre com a ação direta de inconstitucionalidade, requer para a sua propositura a exigência de controvérsia judicial relevante.
- (C) a decisão na ação declaratória de constitucionalidade exige a manifestação favorável de, no mínimo, oito ministros, enquanto na ação direta de inconstitucionalidade exigem-se seis.
- (D) a decisão na ação direta de inconstitucionalidade exige a presença na sessão de quórum pleno, enquanto na ação declaratória de constitucionalidade exige-se a presença de quórum de seis ministros.

— QUESTÃO 36 —

O Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, no seu artigo 68, prevê o direito territorial das comunidades quilombolas. O Supremo Tribunal Federal decidiu, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI 3239),

- (A) pela inconstitucionalidade do Decreto 4887/2003, reafirmando a aplicação do artigo 68 do ADCT e o direito de propriedade dos territórios quilombolas regularizados, respeitado o marco temporal na data da promulgação da Carta Constitucional.
- (B) pela inconstitucionalidade do Decreto 4887/2003, negando a aplicação do artigo 68 do ADCT, anulando o reconhecimento aos territórios regulamentados conforme os trâmites do decreto, reafirmando o marco temporal na data da promulgação da Carta Constitucional.
- (C) pela constitucionalidade do Decreto 4887/2003, reafirmando o direito aos territórios quilombolas por ele regulamentados e a aplicação do artigo 68 do ADCT, afastando o marco temporal da promulgação da Carta Constitucional.
- (D) pela constitucionalidade do Decreto 4887/2003, negando reconhecimento aos territórios regulamentados antes da publicação da decisão e respeitando o marco temporal na data da promulgação da Carta Constitucional.

— QUESTÃO 37 —

A intervenção, enquanto o afastamento da tríplice capacidade do ente federativo, é

- (A) uma medida excepcional de supressão temporária da autonomia, fundada em hipóteses taxativas constantes do texto da Constituição Federal.
- (B) uma medida perene de supressão definitiva de autoadministração, em hipóteses taxativas previstas em lei complementar.
- (C) um ato político de afastamento temporário da autonomia, em casos taxativos previstos em decreto presidencial.
- (D) um ato político de afastamento perene e total da autonomia, cuja hipótese de incidência resulta de ato legislativo de qualquer natureza.

— QUESTÃO 38 —

A Constituição Federal exige licitação no contratar de obras, serviços, nas compras e nas alienações da Administração Pública

- (A) direta da União, dos estados e municípios, sendo facultada a dispensa por discricionariedade do Poder Executivo.
- (B) direta, indireta ou fundacional dos entes federados, sendo excepcionalmente permitida dispensa em casos expressamente previstos em lei.
- (C) indireta dos entes federados, sendo regularmente afastada em casos estabelecidos pelo órgão legislativo competente.
- (D) direta e indireta ou fundacional da União e dos municípios, sendo regularmente dispensada discricionariamente pelo chefe do Executivo.

— QUESTÃO 39 —

A Constituição Federal funda o Sistema Tributário Nacional, estabelecendo um conjunto de princípios e normas. Nesse sistema, estabelece-se a competência residual concedida

- (A) igualmente aos entes federados, como possibilidade de criar novos tributos mediante lei competente.
- (B) hierarquicamente à União, aos estados e municípios, como possibilidade de aplicar tributos previstos em lei complementar.
- (C) concorrentemente à União e aos estados, como possibilidade de criar impostos mediante legislação competente.
- (D) exclusivamente à União de criar impostos não previstos no texto constitucional mediante lei complementar.

— QUESTÃO 40 —

No artigo 92, I, a Constituição Federal enumera entre os órgãos do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça, atribuindo-lhe competência para apreciar

- (A) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas do outro, e tomar providências para o cumprimento da lei.
- (B) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta, entre as quais autarquias e fundações.
- (C) a legalidade dos atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para as providências necessárias ao cumprimento da lei.
- (D) a ação em que todos os membros da magistratura sejam interessados, ou que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**

— QUESTÃO 41 —

Leia o texto a seguir.

A natureza jurídico-política dos direitos universais revela-se sob a determinação dos valores ético-constitucionais, sobretudo da igualdade e da solidariedade, como expressão do valor supremo da dignidade. Também nesse sentido, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se, de forma inovadora, por elegê-lo como um valor ético central, inseminando, entre seus objetivos fundamentais, o ideal de uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicação da pobreza e da marginalização e de redução das desigualdades sociais e regionais. Esse propósito inovador denota uma alteração substancial da concepção tradicional e verticalizada das relações do Estado com a sociedade civil, vigentes no Estado Social, instituindo, sobretudo, a ética constitucional como pressuposto da organização e do funcionamento da própria organicidade do aparelho estatal no seu todo. As atividades de interesse público, basicamente restritas à atividade estatal, passaram a ser amplamente reconhecidas em diversas áreas de atividades da própria sociedade civil, com a crescente participação das entidades e organizações civis nas políticas sociais, diluindo as fronteiras tradicionais entre Estado e sociedade civil, agora em uma relação horizontalizada.

SIMÕES, Carlos. *Teoria e crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direito*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 363.

Com base no texto e nos fundamentos constitucionais dos direitos sociais e da seguridade social,

- (A) a organização da seguridade social, com caráter democrático e descentralizado da administração, é competência do Poder Público, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- (B) a família, a sociedade e o Estado devem assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à seguridade social.
- (C) as ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- (D) as ações e os serviços públicos de saúde devem integrar uma rede regionalizada e horizontalizada e constituir um sistema único e organizado de acordo com a participação da comunidade.

— QUESTÃO 42 —

A Constituição da República Federativa do Brasil não admite a prestação de trabalho formal, público ou privado, sem a vinculação a um determinado regime de previdência e, para tanto, instituiu um sistema previdenciário baseado num regime geral, num regime próprio para os servidores públicos e num regime complementar público ou privado. De acordo com a Constituição e com a legislação aplicável, no que é pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos,

- (A) o tempo de contribuição e o tempo de serviço prestados nas esferas federal, estadual ou municipal serão contados para efeito de aposentadoria e de disponibilidade.
- (B) a preservação do valor nominal dos benefícios é assegurada.
- (C) o pagamento de benefícios é garantido mediante convênios ou consórcios entre União, Estados e Municípios.
- (D) os entes federativos são responsáveis pela cobertura de insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

— QUESTÃO 43 —

De acordo com a Constituição e com a legislação aplicável, o regime de previdência complementar para os servidores públicos

- (A) será instituído para os servidores titulares de cargo efetivo, por iniciativa do Poder Legislativo municipal, fixando-se para o valor das aposentadorias e pensões o limite máximo dos benefícios do regime geral de previdência social.
- (B) deverá ser instituído por intermédio de entidades abertas ou fechadas de previdência, de natureza pública, em regime autárquico ou fundacional.
- (C) oferecerá aos seus participantes planos de benefícios nas modalidades de contribuição definida, de benefício definido, ou de contribuição variável.
- (D) será instituído por lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que, por intermédio de entidade fechada de previdência, de natureza pública, oferecerá planos de benefícios restritos à modalidade de contribuição definida.

— QUESTÃO 44 —

O Título VI da Constituição Federal trata da Tributação e do Orçamento, sendo que o Capítulo II deste Título trata especificamente das Finanças Públicas. No tocante às regras gerais do Direito Financeiro,

- (A) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual serão aprovadas se estiverem compatíveis com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, sendo possível, nesta condição, aprovação de créditos adicionais suplementares.
- (B) o município que apresenta como garantia ao pagamento de dívida que possui com a União percentual específico da receita de tributo de sua competência realiza ato que representa violação expressa aos ditames constitucionais no que se refere à não vinculação de receitas tributárias.
- (C) o investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro independe de qualquer providência orçamentária ou legal que autorize tal inclusão, uma vez que os valores já estavam previstos em orçamentos anteriores.
- (D) o plano plurianual, compatibilizado com o orçamento fiscal e com o orçamento de investimento, garante a estes a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 45 —**

Os créditos adicionais são elementos orçamentários previstos na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964 com o objetivo de organizar situações financeiras no decorrer da execução orçamentária, envolvendo circunstâncias econômicas ou de difícil previsibilidade. Um dos regramentos previstos que deverá ser respeitado é:

- (A) os créditos adicionais que sejam destinados a reforço de dotação orçamentária, em caso de serem reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (B) a abertura de créditos especiais e suplementares requer a presença de recursos disponíveis para a ocorrência da referida despesa, além de justificativa prévia. Um desses recursos, desde que não comprometido, é o proveniente de excesso de arrecadação.
- (C) a abertura de créditos extraordinários pode ser realizada desde que haja recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de um exercício anterior.
- (D) a abertura de créditos extraordinários por meio de decreto do Poder Executivo terá vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, ainda que o ato de autorização seja promulgado no último mês do exercício financeiro.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 46 —

As normas que tratam de limitações constitucionais ao poder de tributar são amplamente analisadas pelo STF. Com base nessas normas,

- (A) uma prefeitura municipal não está autorizada constitucionalmente a cobrar IPTU de uma autarquia estadual que possua propriedade de imóvel desocupado e sem qualquer finalidade no centro do município.
- (B) a base de cálculo de IPTU, se fixada e aumentada em atendimento a todos os preceitos legais exigidos, permite a cobrança do referido tributo se decorridos noventa dias da data em que tenha sido publicada.
- (C) o Poder Executivo pode majorar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos limites legais, sem ferir assim o preceito normativo que veda aos Entes federados aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (D) o princípio tributário da anterioridade tem por objetivo postergar a eficácia da norma tributária instituidora de tributo ou que majore o valor do mesmo, devendo ser aplicado inclusive quando houver alteração da data de vencimento ou concessão de redução do valor do referido tributo.

— QUESTÃO 47 —

Um município, tendo instalado a malha de coleta e tratamento de esgoto em todo seu território, precisa financiar a referida atividade já em funcionamento. Para tanto, o município poderá

- (A) acrescentar o IPTU, aumentando o valor venal de cada uma das propriedades urbanas atendidas pelo serviço, de forma proporcional ao seu uso.
- (B) utilizar percentual de recursos provenientes do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), sempre que houver recolhimento, de forma vinculada.
- (C) instituir contribuição de melhoria por meio de lei, de forma a arrecadar pelo menos o valor da obra implantada.
- (D) instituir taxa em decorrência da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

— QUESTÃO 48 —

O artigo 176 do Código Tributário Nacional estabelece que a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração. Assim, a isenção

- (A) é uma forma de exclusão do crédito tributário que pode ser concedida às empresas públicas e às sociedades de economia mista, sem tratamento igual às empresas privadas.
- (B) pode ser revogada a qualquer tempo, por nova lei, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.
- (C) é extensiva às taxas e contribuições de melhoria, em regra, vez que são tributos de caráter contraprestacional.
- (D) tem aplicação geral, visto que uma isenção de caráter individual a certos contribuintes afrontaria o princípio constitucional da isonomia.

— QUESTÃO 49 —

A arrecadação de tributos de competência municipal atende aos ditames constitucionais e legais na seguinte situação:

- (A) uma empresa que trabalha com exportação de serviços desenvolvidos no Brasil e cujos resultados também se verifiquem nos seus limites territoriais, mas pagos por residentes no exterior, ainda assim terá a obrigação de recolher ISS ao município em que a lei dessa forma o determinar.
- (B) uma instituição de assistência social sem fins lucrativos possui, além de sua sede, um outro imóvel em área urbana municipal alugado para terceiros, sendo que o valor recebido com tais aluguéis são utilizados para as finalidades essenciais da instituição e, conseqüentemente, é devido o IPTU ao município onde esse imóvel está registrado.
- (C) uma prefeitura municipal edita lei específica que trate de áreas inseridas no plano diretor e exige dos proprietários das referidas áreas o pagamento do IPTU, desde que este não seja progressivo no tempo em razão da subutilização do solo urbano.
- (D) uma empresa de eventos, localizada no município de Goiânia-GO, contrata outra empresa, localizada em Belo Horizonte-MG, para realizar serviço de instalação de andaimes e palcos em um evento que ocorrerá na cidade de Aparecida de Goiânia-GO, sendo o ISS exigido e arrecadado pelo município de Goiânia-GO.

— QUESTÃO 50 —

Tendo em vista o princípio constitucional da duração razoável do processo, a legislação processual no Capítulo X trouxe hipóteses de julgamento antecipado, conforme o estado do processo. É uma das hipóteses de aplicação deste instituto:

- (A) desnecessidade de dilação probatória.
- (B) não apresentação de contestação pelo réu.
- (C) existência de vícios formais que ensejam resolução da demanda.
- (D) apresentação de contestação pelo réu, sem requerimento de produção probatória.

— QUESTÃO 51 —

A coisa julgada, importante tópico para a inteligibilidade do cumprimento de sentença, é o corolário da segurança jurídica. Nesse sentido,

- (A) a coisa julgada formal é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- (B) a formação da coisa julgada compreende tanto a decisão judicial fundada em cognição sumária quanto o trânsito em julgado.
- (C) o efeito jurídico da coisa julgada é, no sentido negativo, o impedimento de rediscussão da questão decidida e, no positivo, vinculação geral ao dispositivo da decisão irrecorrível.
- (D) a coisa julgada poderá ser desconsiderada por meio da celebração de negócio jurídico-processual formalizado antes do trânsito em julgado.

— QUESTÃO 52 —

Na penhora de faturamento de empresa,

- (A) os rendimentos são preferíveis a qualquer outro tipo de bem penhorável.
- (B) o juiz está dispensado de fixar percentual que propicie a satisfação do crédito.
- (C) o juiz nomeará administrador-depositário que prestará contas semestralmente ao juízo.
- (D) o regime de penhora de frutos e rendimentos é aplicável.

— QUESTÃO 53 —

Considerando os recursos e procedimentos em segundo grau de jurisdição,

- (A) a Reclamação é um recurso destinado a garantir a preservação da competência e da autoridade do Tribunal.
- (B) o Agravo de Instrumento é cabível contra decisões proferidas em fase de liquidação de sentença.
- (C) o assistente não poderá recorrer, salvo quando autorizado pelo assistido.
- (D) a interposição de agravo interno é possível contra qualquer decisão prolatada pelo relator, nos limites de sua competência.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 54 —

Em conformidade com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001:

- (A) o Município tem, entre outras atribuições de interesse da política urbana, a competência para legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
- (B) a associação de moradores da comunidade, como substituto processual, é parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana, dispensada a intervenção do Ministério Público.
- (C) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- (D) o plano diretor é dispensado para cidades com menos de vinte mil habitantes, mesmo que integrantes de áreas de especial interesse turístico.

— QUESTÃO 55 —

A Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que regulamenta as sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao meio, determina que:

- (A) os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.
- (B) o abate de animal constitui crime, quando realizado por ser o animal nocivo, assim caracterizado pelo órgão competente.
- (C) o agente ter cometido a infração à noite é circunstância que atenua a pena, quando o fato não constitui ou qualifica o crime.
- (D) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

— QUESTÃO 56 —

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. De acordo com essa lei,

- (A) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é o órgão central do sistema, com a função de coordenação.
- (B) o grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto de categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.
- (C) o grupo das Unidades de Proteção Integral é composto de categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- (D) o Poder Público poderá, ressalvadas as vedações legais, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas à criação de unidade de conservação.

— QUESTÃO 57 —

A Lei Estadual nº 19.453, de 16 de setembro de 2016, que institui a Política Estadual de Saneamento Básico de Goiás, estabelece que:

- (A) o Plano Estadual de Saneamento Básico é um dos instrumentos para o planejamento de implementação da Política Estadual e será revisto, no mínimo, a cada quatro anos.
- (B) o Sistema de Informações em Saneamento Básico é o responsável pela avaliação da situação do saneamento básico e pela proposição de diretrizes para a revisão do Plano Estadual de Saneamento Básico.
- (C) a cobertura progressiva dos serviços públicos visa a meta de 85% do acesso ao saneamento básico pela população.
- (D) o Sistema Estadual de Gestão do Saneamento Básico é constituído pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, com função consultiva e controladora da execução da Política Estadual de Saneamento Básico.

— QUESTÃO 58 —

Nos termos da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, pode ser objeto de delegação:

- (A) a edição de atos de caráter normativo.
- (B) a decisão de recursos administrativos.
- (C) o exercício de matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (D) a atribuição de direitos e vantagens.

— QUESTÃO 59 —

A propósito da gestão de tributos e finanças de Goiânia, segundo o Código Tributário Municipal,

- (A) é vedado ao Prefeito, tendo em vista o interesse da Administração, celebrar transação sobre créditos tributários.
- (B) cabe ao Prefeito estabelecer, em regulamento, as condições e os critérios para celebração dos convênios.
- (C) é permitido ao Prefeito, por decreto, dar isenção a dívidas provenientes do recolhimento do ISTI.
- (D) é permitido ao Prefeito, por lei complementar, fixar as alíquotas do IPTU.

— QUESTÃO 60 —

Segundo o Código de Obras e Edificações do Município de Goiânia, Lei Complementar nº 177, de 09 de janeiro de 2008:

- (A) o Município se responsabilizará por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiência dos projetos, da obra, da qualidade do material empregado ou da sua utilização.
- (B) o Alvará de Autorização consiste em documento autorizativo, prévio e obrigatório, para, dentre outros, a realização de obras, podendo ser concedido concomitantemente à solicitação do licenciamento.
- (C) o Alvará de Construção consiste no exame, na avaliação e aprovação do projeto apresentado, materializando-se na chancela do mesmo.
- (D) o processo de licenciamento consiste na autorização para início da construção, conforme projeto licenciado.

— RASCUNHO —